ARTIGO 15 NÃO É INCONSTITUCIONAL! LDB GARANTE CARREIRA ÚNICA DE MAGISTÉRIO PÚBLICO

Professores do DF não aceitarão retrocesso e irão à luta para evitar perda de direitos

O questionamento pela Procuradoria Jurídica do DF da constitucionalidade do artigo 15 do Plano de Carreira do Magistério Público do DF é extemporânea e só podemos entendê-lo como uma tentativa de ataque sem sentido aos nossos direitos. O Sinpro-DF tomou todas as providências jurídicas e políticas para evitar que seja expedida liminar neste caso.

Acatando pedido impetrado pelo jurí-

dico do Sindicato, o Tribunal de Justiça do DF declarou que o Sinpro é parte interessada no processo impetrado pela Procuradoria Jurídica do DF e poderá apresentar a sua posição acerca do artigo 15 do Plano de Carreira do Magistério Público do DF.

Também estamos buscando conversar com o governo para defender a retirada do pedido de liminar do processo e pela manutenção do referido artigo em nosso plano de carreira.

O Sinpro está realizando reuniões com delegados sindicais e representantes de escola em várias cidades, a fim de discutir a estratégia da categoria para evitar perdas do nosso direito de ascender na carreira.

Grande ato - Para protestar contra a verdadeira tentativa do GDF de reduzir os nossos salários, realizaremos um grande ato no dia 30, às 10h, com paralisação, em frente ao Buriti, em defesa de nossos direitos. Mobilizem-se!

ATENÇÃO!

GDF aciona a justiça para reduzir salários da categoria.

Ato público contra esse ataque do governo.

Dia 30 de agosto, segunda-feira, às 10h00, na Praça do Buriti.

COM PARALISAÇÃO

Venham defender seus direitos!

PARA QUE TODOS ENTENDAM ESSA CELEUMA, ELABORAMOS O QUESTIONÁRIO ABAIXO COM PERGUNTAS E RESPOSTAS BÁSICAS SOBRE O ASSUNTO. LEIA COM ATENÇÃO E VAMOS À LUTA!

1 *Por que a Procuradoria Jurídica do DF (PJDF) quer que a Justiça declare inconstitucional o artigo 15 do nosso plano de carreira?*

A PJDF argumenta que o artigo 15, que trata da mudança de tabela salarial ou de vencimentos dos professores que ingressaram na carreira com curso normal ou licenciatura curta e que depois de concluírem licenciatura plena passam para a tabela de graduados, fere o artigo 37 da Constituição Federal, que exige que para mudança de cargo o servidor deve fazer novo concurso público. No entendimento da procuradoria o artigo 15 permite a ascensão de cargo sem concurso público. A Assessoria Jurídica do Sinpro-DF, por sua vez, entende que a carreira de magistério público do DF é composta de um único cargo: professor.

2 *Por que surgiu essa polêmica?*

A polêmica em torno da mudança de classe em nossa categoria não é novidade e começou com a interpretação que surge com o dispositivo da Constituição de 88 que trata da ascensão no serviço público. Antes da Constituição os professores eram reclassificados quando apresentavam o diploma de licenciatura plena. Para tentar resolver o problema, no primeiro Plano de Carreira da categoria (Lei 66, de 18/12/1989) foi criada a antiga Gratificação de Titularidade (GT). Na época, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) discutiu a constitucionalidade desta gratificação,

prevalecendo o entendimento de que essa regra não ofende a Constituição Federal muito menos a Lei Orgânica do DF. Posteriormente, a GT foi questionada pelo Ministério público do DF e acabou sendo incorporada ao final da greve de 2002 no Plano de Carreira aprovado em 2003 (Lei nº 3318), por meio do artigo 11.

3 *O que o artigo 15 tem a ver com a antiga Gratificação de Titularidade?*

O artigo 15 do atual plano (lei 4.075/07) tem o mesmo teor do artigo 11 do plano anterior (lei 3.318/03). Em 2001 houve uma tentativa do TCDF de acabar com a gratificação de titularidade. A categoria se mobilizou, foi ao Tribunal e o próprio Ministério Público orientou que se desse fim à GT e se criasse uma tabela de vencimentos única, entendendo que a carreira de professor é uma só. Para isso foi criada a regra para a promoção na carreira através do artigo 11 do plano de 2003, que agora, em 2007, foi reafirmado no atual plano de carreira pelo artigo 15. Portanto, ao questionar o dispositivo do Plano de Carreira atual sem ter questionado o dispositivo idêntico na Lei anterior, a Procuradoria Jurídica do GDF parece que pretende perseguir de forma grosseira os professores.

4 *Por que o Sinpro defende a carreira única?*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é clara: a carreira de professor é única, e não deve haver diferen-

ciação entre aqueles que trabalham com a educação básica e com o ensino médio, pois todos têm a mesma importância e devem ter curso superior para ingressar nela. Não dá para aceitar que existe uma distinção jurídica entre eles. É importante frisar que o último concurso foi para provimento de cargo de professor, exigindo-se de todos a titulação superior.

5 *Quais os professores seriam prejudicados?*

Os que ingressaram na carreira nos antigos níveis 1 ou 2 e depois fizeram graduação de licenciatura plena e ascenderam na carreira seriam atingidos por uma pretensa inconstitucionalidade.

6 *Qual a expectativa do Sinpro em relação a essa possibilidade?*

Temos a convicção de que os professores fazem parte de uma carreira única, como prevê a LDB e por isso confiamos que a inconstitucionalidade não se configura em nosso caso. Entendemos que por trás do artigo 15 está a ideia de concepção de carreira única para o magistério. Mas caso isso ocorra, teremos que partir para a busca de alternativas, que com certeza surgirão, pois essa combativa categoria não permitirá essa perda de direitos.

PLANO DE CARREIRA É UMA CONQUISTA DA CATEGORIA

O Plano de Carreira do Magistério Público é uma conquista da categoria e fruto de uma luta histórica das professoras e professores do DF. E somos nós, na luta, que iremos evitar qualquer retrocesso e redução salarial. Deploramos que o ex-secretário José Valente tenha enviado e-mail dizendo que “trabalhou e aprovou a reestruturação da Carreira do Magistério do DF”, quando todos sabemos o quanto tivemos que lutar em sucessivos governos para

conquistar um plano como o atual, que vem no sentido da busca da isonomia com outras carreiras de nível superior. Não temos a memória curta!

Mais uma vez alertamos: todas as nossas lutas dependem da nossa mobilização! Todos devem comparecer ao ato e a todas as mobilizações convocadas pelo Sindicato, e somos nós, na luta e na certeza do justo combate, que conseguiremos reverter essa situação.